

REDUZIR O PREÇO DOS MEDICAMENTOS PARA MELHORAR A SAÚDE DE QUEM PRECISA

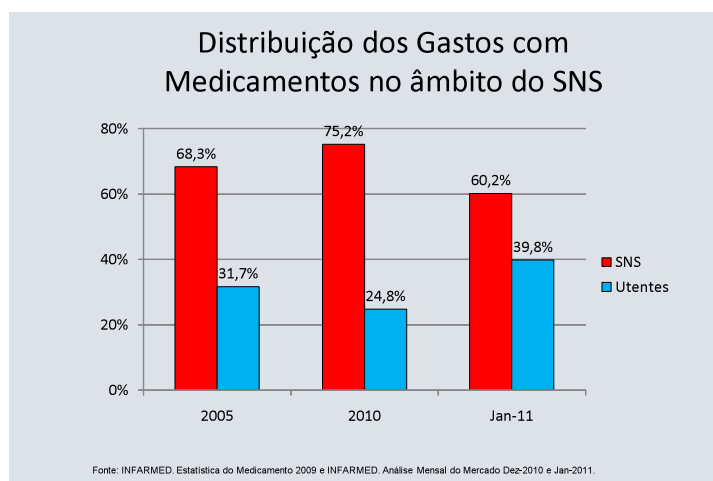
Ao longo de 2010, o governo adoptou diversas alterações ao sistema de comparticipação de medicamentos que se destinaram, exclusivamente, a diminuir a despesa do Estado, transferindo uma parte significativa dos encargos com medicamentos do SNS para os cidadãos. **O que o estado poupou saiu do bolso dos doentes.**

Os pensionistas com rendimentos mais baixos já não têm genéricos gratuitos – a comparticipação baixou para 95% e apenas beneficia os 5 mais baratos. A comparticipação de antidepressivos, anti-inflamatórios, anti-ácidos e antiulcerosos passou de 69% para 37%. Noutros casos, os encargos dos doentes aumentaram de 5% para 10%, ou seja, o dobro (antidiabéticos, medicamentos para o tratamento do cancro, antiparkinsonianos, antiepilépticos, antipsicóticos, medicamentos para o tratamento do glaucoma, etc.).

DADOS E FACTOS:

O Parlamento Europeu, num estudo sobre as “Diferenças nos custos e no acesso a produtos farmacêuticos na UE”, veio alertar que em Portugal os cidadãos suportam mais de 30% do custo dos medicamentos. Entre os 17 países da UE analisados, só os cidadãos dinamarqueses e finlandeses pagam mais que os portugueses. A média dos encargos na UE é inferior a 10%, ou seja, menos de 1/3 do que os portugueses pagam.

De acordo com os últimos dados disponíveis, em Janeiro de 2011, o SNS apenas participava, em média, 60,2% do custo dos medicamentos, o que representa menos 15% que em 2010 e menos 8,1% que em 2005, o ano de tomada de posse do primeiro governo liderado por Sócrates.

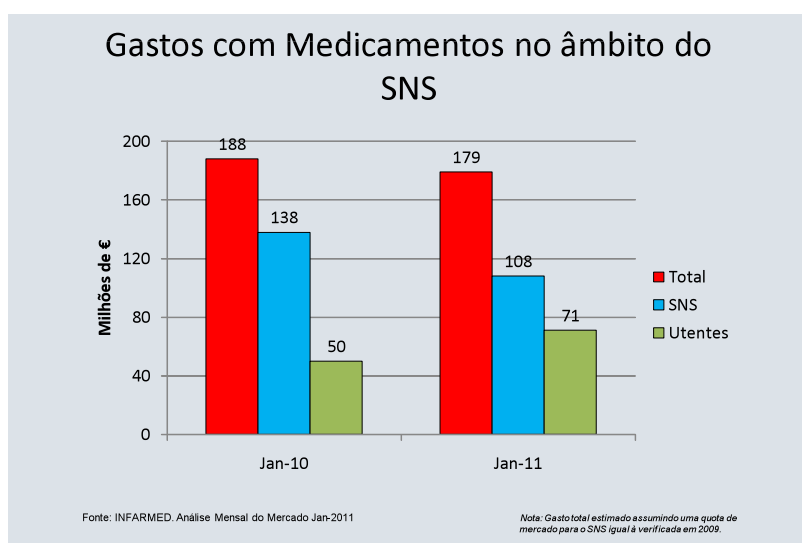




Comparativamente com Janeiro de 2010, o Estado poupou 30 milhões de euros, mas 2/3 dessa poupança foram feitos à custa dos cidadãos. Estima-se que os portugueses e as portuguesas pagaram mais 21 milhões de euros pelos seus medicamentos, o que representa um aumento de 44% na despesa das famílias

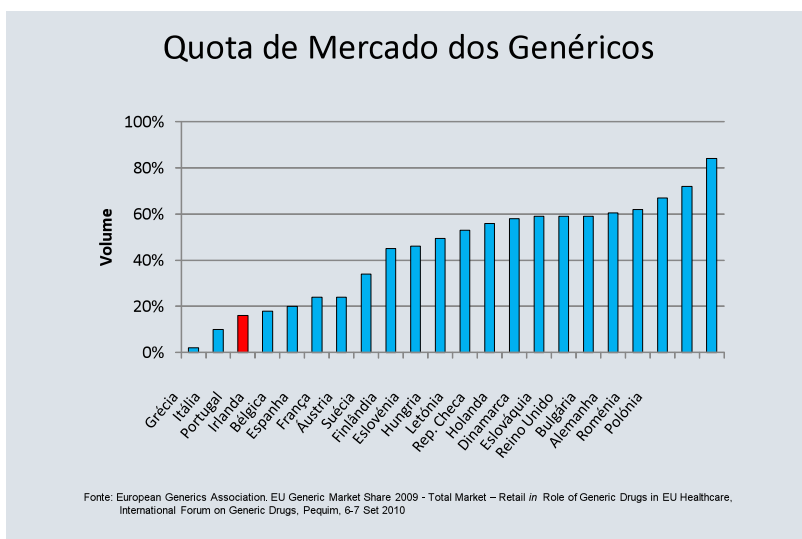
com medicamentos.

Este aumento da despesa dos cidadãos com medicamentos, associado à crise social, leva a que muitos não comprem todos os medicamentos receitados pelo médico ou comprem fiado na farmácia. As farmácias registam uma quebra nas vendas.



O governo não incentivou a prescrição e o consumo de medicamentos genéricos. É por isso que continuamos na cauda da Europa, relativamente à quota de genéricos (em volume – embalagens vendidas). Com apenas 20% de

quota de mercado para os genéricos, bastante longe dos mais de 50% da maior parte dos outros países da UE, desperdiçamos, anualmente, mais de 200 milhões de euros, sem qualquer ganho em saúde.





Ao longo da legislatura que agora termina o Bloco propôs e fez aprovar vários projectos para melhorar o acesso aos medicamentos, entre eles: i) a obrigatoriedade de afixação do preço dos medicamentos nas embalagens e

ii) a dispensa gratuita de medicamentos para os 3 dias depois da alta do internamento, nos hospitais do SNS. PS e PSD votaram contra a prescrição por nome genérico, por pressão da indústria e da Ordem dos Médicos.

PROPOSTAS DO BLOCO:

- Obrigatoriedade de prescrição de medicamentos por DCI (nome genérico)
- Possibilidade do utente optar por um genérico mais barato
- Fim das farmácias privadas nos hospitais do SNS e dispensa de medicamentos, pelos serviços farmacêuticos dos hospitais do SNS, aos utentes das urgências e das consultas externas

O EFEITO DESTA PROPOSTA:

O efeito destas propostas é poupar 100 milhões ao Estado e 200 milhões às famílias.

MÉDICO DE FAMÍLIA PARA TODOS PARA REFORÇAR O SNS

O Serviço Nacional de Saúde (SNS) atravessa o período mais difícil da sua existência.

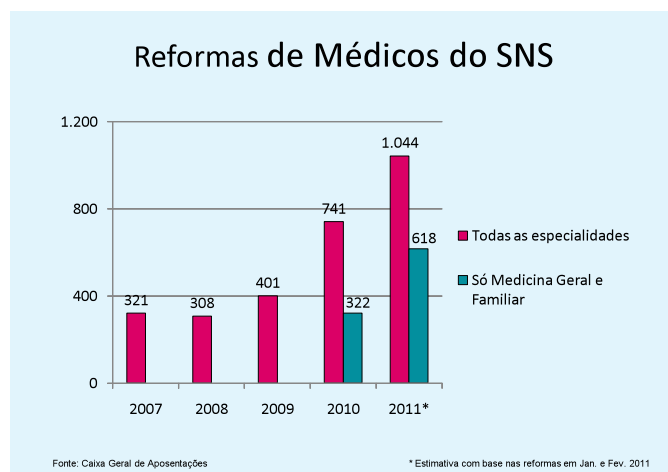
Ao sub-financiamento dos últimos anos e às restrições orçamentais impostas em 2010 e 2011, acrescenta-se a saída de milhares de médicos, nuns casos por terem atingido a idade da reforma, noutros casos – a maior parte – por antecipação da mesma, agravando brutalmente a falta de médicos no SNS. A responsabilidade desta debandada é exclusivamente do governo por ter alterado o regime de aposentação da administração pública.

Entre 2007 e 2009, deixaram o SNS 1030 médicos, uma média aproximada de 350 por

ano. Mas, em 2010, essa média mais que duplicou: foram 741 os médicos que saíram do SNS.

Em Janeiro e Fevereiro deste ano já se reformaram 174 médicos, quase três vezes mais que nos meses homólogos de 2010 (67), o que faz prever que, no final de 2011, o número de aposentados possa aproximar-se e até ultrapassar os 1000.

Em cinco anos, o SNS perdeu quase 3000 médicos, um número muito acima das previsões oficiais. E, nos próximos 10 anos, podem ser mais 7500 os que abandonam por idade o SNS, de acordo com as mesmas previsões.



A face mais visível deste problema é o grande número de portugueses que não têm Médico de Família (MF). Ninguém sabe ao certo quantos são. O Ministério diz que serão mais que 500 mil, mas o Tribunal de Contas fala em cerca de um milhão e meio. Há um ano,

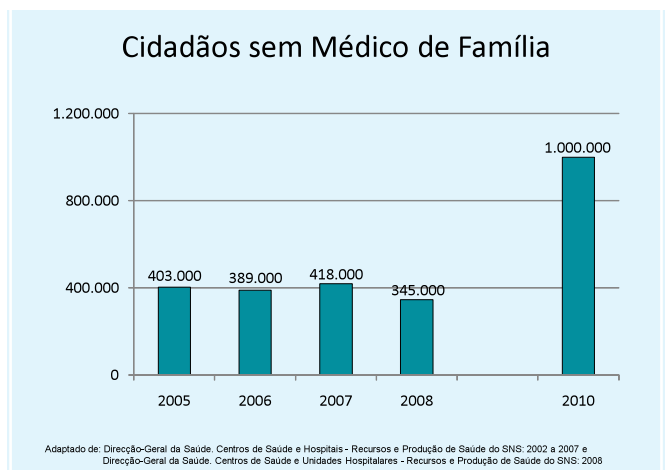
o presidente da ARS de Lisboa e Vale do Tejo estimava que, só nesta região, o número de residentes sem MF anda próximo de 1 milhão.

Em 2010, aposentaram-se 322 MF e mais 103 nos dois primeiros meses do ano em curso. Em consequência, mais de meio milhão de

utentes deixaram de ter MF, o que significa que, actualmente, o número de cidadãos sem MF pode estar próximo de um milhão.

No curto prazo, a situação vai piorar dramaticamente.

Nos próximos 5 anos, aposentar-se-ão mais de 1.500 MF e o número de novos MF será pouco superior a 1.000. Nos 5 anos seguintes, o saldo entre saídas e entradas de MF no SNS ainda será negativo.



A excepção criada pelo governo para os médicos do SNS, em matéria de regime de aposentação, não só não travou a corrida às reformas como se revelou incapaz de os fazer voltar. Dos 322 MF reformados em 2010, apenas 36 aceitaram aderir ao regime de excepção criado pelo governo.

A falta de médicos está a desmembrar o SNS. Para quem aposta no SNS como grande serviço público, um serviço público capaz de responder com prontidão e qualidade às necessidades da população, a actual situação é de verdadeira emergência.

PROPOSTA DO BLOCO DE ESQUERDA:

- **Consagração na lei do direito a ter médico de família** e à sua escolha no quadro das disponibilidades existentes.
- **Programa Nacional de Emergência** que permita atribuir médico de família a todos os portugueses que o pretendam, no prazo máximo de um ano.
- **Realização de um recenseamento nacional** que permita identificar o número de portugueses que não têm mas pretendam ter médico de família.
- **Regularização das listas de inscritos** nos centros de saúde
- **Novas regras para a inscrição e actualização das listas** de utentes dos médicos de família, sem prejuízo dos direitos dos utentes inscritos (os que não tenham recorrido ao MF nos últimos 3 anos mantém assistência no CS ou reinscrevem-se no MF)
- **Alargamento voluntário das listas de utentes dos médicos de família**, com pagamento de um suplemento remuneratório
- **Fazer regressar os médicos reformados ao SNS** através de contrato individual de trabalho e sem prejuízo do valor da reforma que recebem.
- **Garantir vaga no internato de especialidade** e contratar para o SNS os estudantes portugueses em faculdades de medicina no estrangeiro (cerca de 1200) para promover o seu regresso.